

Promoção social de jovens e adolescentes: parceria da Cruz Vermelha Brasileira com a UFMG

Social promotion of youth and adolescents: partnership between the Brazilian Red Cross and UFMG.

Promoción social de los jóvenes y adolescentes: una asociación de la Cruz Roja Brasileña con la UFMG.

Olímpia Santos Silva

Mestre em Administração pela MPA/FPL e funcionária da UFMG. Minas Gerais, Brasil
Olímpia@ufmg.br

Domingos A Giroletti

Professor Titular do MPA/FPL. Professor Visitante da Universidade de Padova, Itália (2013/14). Pós-doutor em Relações Internacionais pela LSE, Londres/UK (1993/95). Doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (1987). e Apresentador do Programa Interconexão Brasil – BH News TV, Canal 9 da NET.Minas Gerais, Brasil
d.giroletti@terra.com.br

Reginaldo de Jesus Carvalho Lima

Professor e coordenador do curso de graduação em Administração da FPL, Professor do Mestrado Profissional em Administração – MPA. Doutor em Administração pela UFMG. Membro do Núcleo interdisciplinar sobre gestão em organizações (não) empresariais (Nig.one/UFMG) e do Núcleo de Estudos em Ciência Tecnologia e Inovação - NCiTI., Minas Gerais, Brasil
regilima.jesus@gmail.com

Editor Científico: José Edson Lara
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido em 09.07.2016
Aprovado em 15.11.2016



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição – Não Comercial 3.0 Brasil

Resumo

O artigo faz uma avaliação do Programa *Ser Jovem*, destinado à inclusão social de jovens e adolescentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte em risco social. Trata-se de um estudo de caso descritivo que se propõe a avaliar os resultados do Programa implementado pela Cruz Vermelha Brasileira em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. O referencial teórico contempla a problemática da inclusão social, abordando aspectos relacionados ao terceiro setor, responsabilidade empresarial, políticas públicas e avaliação de projetos sociais. A coleta de dados envolveu pesquisa documental, entrevista qualitativa e aplicação de questionários para egressos. Utilizou-se o modelo analítico proposto por Marino (2003), privilegiando-se as dimensões processo e resultado. Em relação ao processo, os resultados indicaram que o programa passou por reestruturações de conteúdo e forma, diante da necessidade de atender à legislação. A avaliação de resultados foi positiva tendo em vista os resultados produzidos no campo da promoção social de Jovens e adolescentes.

Palavras-chave: Inclusão social; Jovens e adolescentes; Parceria; UFMG; CVB-MG.

Abstract

The article makes an evaluation of the Being Young Program aimed at the social inclusion of RMBH youth and adolescents at social risk. It is a descriptive case study that aims to evaluate the results of the Program implemented by the Brazilian Red Cross in partnership with the Federal University of Minas Gerais. The theoretical framework deals with the issue of social inclusion, addressing issues related to the third sector, corporate responsibility, public policies and evaluation of social projects. The data collection involved documentary research, qualitative interview and application of questionnaires for graduates. The analytical model proposed by Marino (2003) was used, focusing on process and outcome dimensions. Regarding the process, the results indicated that the program underwent content and form restructurings, given the need to comply with the legislation. The evaluation of results was positive considering the results produced in the field of social promotion of Young people and adolescents.

Keywords: Social inclusion; Youth and adolescents; Partnership; UFMG; CVB-MG.

Resumen

El artículo es una revisión del Programa Ser joven para la inclusión social de los jóvenes y adolescentes de RMBH en riesgo social. Este es un caso de estudio descriptivo con el objetivo de evaluar los resultados del programa implementado por la Cruz Roja Brasileña, en colaboración con la Universidad Federal de Minas Gerais. El marco teórico que incluye el tema de la inclusión social, abordar las cuestiones relacionadas con el tercer sector, la responsabilidad corporativa, la política pública y evaluación de proyectos sociales. reunión de datos de escritorio de investigación, entrevistas cualitativas y cuestionarios a los graduados. Se utilizó el modelo analítico propuesto por Marino (2003), privilegiando las dimensiones de proceso y resultados. En cuanto al proceso, los resultados indicaron que el programa ha pasado por

reestructuración de contenido y forma, dada la necesidad de cumplir con la legislación. Los resultados de la evaluación fueron positivos a la vista de los resultados producidos en el campo del desarrollo social de los jóvenes y adolescentes.

Palabras clave: la inclusión social; Jóvenes y adolescentes; Asociación; UFMG; CVB-MG.

1 Introdução

A inclusão social de adolescentes carentes no mercado de trabalho é um tema de relevância que abrange aspectos psicológicos, culturais e econômicos, entre outros, fazendo-se necessária a adoção de políticas públicas e medidas legais para proteger e formar esses jovens, preparando-os para o mercado de trabalho e para a vida (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto, & Koller, 2009).

O desemprego entre os jovens de 14 a 17 anos tem crescido no Brasil. Entre 2015 e 2016, a taxa de desemprego de jovens dessa faixa de idade, segundo o IBGE, subiu de 24 para 39%, indicando, provavelmente, o abandono dos estudos à procura de emprego para fazer face à crise econômica que agrava a vida das famílias e a economia do país (Mendes, 2016).

A não inclusão social de adolescentes e jovens é um problema recorrente nos países emergentes. Na América Latina, a maioria das crianças que vivem nas ruas é oriunda de famílias “destroçadas” e a nossa sociedade pouco se preocupa com elas. Segundo Sen e Klisksberg (2010), as nossas escolas não as acolhem e não há outro lugar, a não ser as ruas, para se “enfiarem”. Nem os pobres são os responsáveis pela sua pobreza; é o sistema econômico e político que gera a desigualdade social, realimentando-a. Para que indivíduos e países possam prosperar, é preciso criar políticas públicas que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes, buscando uma melhor articulação entre estado, empresas privadas e sociedade civil (Giroletti, 2009).

Em face dessa grave problemática social, procura-se, neste artigo, avaliar um projeto significativo de inclusão social pelo trabalho, tendo como participantes jovens e adolescentes carentes e em risco social de Belo Horizonte e de 11 cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. O Programa tem sido implementado por duas instituições parcerias importantes: uma autarquia pública federal, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – e a organização não

governamental internacional, a Cruz Vermelha Brasileira, por meio de sua filial de Minas Gerais (CVB-MG).

O Programa Ação Jovem (“Guarda Jovem”) foi criado pela CVB-MG em 1974, envolvendo várias instituições parceiras de ensino e de serviços. Seu objetivo é despertar no adolescente o gosto pelo trabalho, dando-lhe noções de responsabilidade, formação profissional e acesso ao primeiro emprego e ao mercado de trabalho em caráter permanente. O Programa foi idealizado para ser disseminado entre universidades, escolas e instituições culturais na região metropolitana e no interior do Estado. Além da UFMG, merece destaque a participação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG, Sociedade Mineira de Cultura, Unimed BH, entre outras instituições parceiras. Para que se tenha uma ideia de sua dimensão, basta lembrar que o Programa Ação Jovem formava 553 jovens em 41 instituições conveniadas em dezembro de 2011. De 2002 a 2011, foram 5.167 os jovens qualificados pelo Programa.

A responsabilidade institucional entre as duas instituições parceiras é, no entanto, diferenciada. A CVB-MG é a instituição empregadora, responsável pelo processo de admissão e de desligamento do participante ao completar 18 anos de idade. À UFMG e às demais entidades-parceiras, além do repasse mensal à CVB-MG dos valores referentes ao salário mínimo a ser pago a cada participante do Programa, aos demais encargos e custos administrativos, cabe o acolhimento institucional, acompanhamento, treinamento e preparação para o ingresso no mercado, findo o primeiro contrato de trabalho (Silva, 2013).

Nesse artigo, faz-se uma avaliação dos resultados da parceria entre a CVB-MG e a UFMG no que diz respeito à formação profissional de jovens e adolescentes nos primeiros 37 anos do Programa com maior ênfase à sua segunda fase. Consultando a literatura pertinente, constatou-se que ainda não foi feita uma avaliação mais ampla dessa parceria e de seus resultados. O Programa foi bem sucedido na inclusão de jovens e adolescentes pela educação e pelo trabalho e poderia ser replicado para fazer face ao grande desafio de incorporar outros jovens ao desenvolvimento do país, problema não superado e agravado pela crise atual.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em outras quatro partes. Na segunda, discute-se, brevemente, o referencial teórico que trata da problemática da inclusão social com ênfase nos seus três agentes promotores principais: Estado, empresa privada e terceiro setor. Nela, abordam-se os conceitos de inclusão social,

responsabilidade empresarial, políticas públicas, a relação entre trabalho e vulnerabilidade social e avaliação de projetos sociais. A terceira parte é dedicada aos procedimentos metodológicos utilizados na avaliação do Programa como projeto social com base em três fontes de dados: pesquisa documental, entrevista e aplicação de questionário semiestruturado com egressos do Programa. Na quarta parte, analisam-se os resultados do Programa Ação Jovem, fruto da parceria entre UFMG e CVB-MG, divididos em duas fases principais. Na quinta e última parte, apresenta-se uma avaliação final do Programa.

2 Referencial Teórico

Esta seção contempla o eixo teórico do artigo. Inicialmente, a partir da literatura especializada, discute-se a relação entre políticas públicas e inclusão social. Na sequência, recuperam-se aspectos centrais sobre avaliação de programas sociais.

2.1 Políticas Públicas e Inclusão Social pelo Trabalho

A inclusão social de jovens e de adolescentes carentes e a superação da pobreza exigem políticas públicas adequadas com o envolvimento de empresas e da sociedade civil. Vianna e Prieto (2015) explicam que os anos de 1990 marcaram um período de internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos, resultando em diferentes impactos no campo das políticas sociais. Neste item, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre Estado e responsabilidade social das empresas privadas e das instituições do terceiro setor.

As políticas públicas são realizadas por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que têm por finalidade atender às necessidades demandadas pela sociedade. Segundo Bucci (2001), as políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns.

Referindo-se à América Latina, Sen e Kliksberg (2010) enfatizam que a desigualdade socioeconômica dos países em desenvolvimento é a principal causa do ciclo de perpetuação da pobreza, da violência, da falta de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à informação.

Os mesmos autores reforçam que a principal causa da pobreza é a desigualdade social que se manifesta de várias maneiras: no acesso à terra, à educação de qualidade, à saúde, à internet. Tudo isso causa o que se chama de armadilha da pobreza. A criança que nasce em uma favela, em um subúrbio, em uma zona muito pobre, vai ter uma saúde frágil por tomar água contaminada, vai ter que trabalhar desde pequena para ter algum dinheiro e não vai poder completar a escola primária ou secundária, o que a impedirá de entrar no mercado de trabalho. A principal finalidade da política pública é promover a inclusão social das classes menos favorecidas.

No tratamento dessa questão, houve uma mudança significativa no Brasil com a promulgação de uma legislação pertinente, a começar pela Constituição Federativa do Brasil de 1988. Nela, são definidos princípios básicos que garantem os direitos da criança e do adolescente à proteção, à educação e à promoção social (art. 227). Dois anos depois, entrou no ordenamento jurídico a Lei nº 8.069 de 13/7/1990, criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que alterou a visão do Poder Público, da sociedade e das famílias sobre a infância e a adolescência no país, aumentando a conscientização e a contribuição desses setores no sentido da melhoria da qualidade de vida de meninos e meninas.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do ECA, inaugurou-se um novo paradigma de política infanto-juvenil: a criança e o adolescente passaram a ter direitos especiais, em respeito à sua condição de pessoas em desenvolvimento. Por essa legislação, toda a responsabilidade com as crianças e os adolescentes foi transferida para a família, a sociedade e o Estado, que possuem o dever de ampará-los e promovê-los conjuntamente (CF/1988, art. 227).

Nesta tarefa, é muito importante a contribuição da empresa privada. De acordo com Sachs (2008), a função prioritária de uma empresa é gerar lucro aos seus donos, mas isso não elimina a possibilidade de que tenha um papel ativo na solução de problemas sociais.

Lima (2002) afirma que a preocupação com o social passou a ser uma questão de sobrevivência das empresas. É uma forma que estas têm para se promover perante a sociedade. A responsabilidade social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos e também uma maneira de mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas

também para contribuir com o desenvolvimento social. A responsabilidade social é um tipo de prestação de contas para a sociedade.

De acordo com Mendonça (2002), o tema responsabilidade empresarial não é novidade, pois há muito tempo as empresas praticam ações sociais fazendo doações ao terceiro setor ou investindo nas suas fundações sociais. Oliveira e Giroletti (2016, p. 146) consideram que “a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pode desempenhar um papel chave na reconstituição dos laços da sociedade por ser um fator decisivo na implementação da política econômica, podendo influenciar positivamente nos seus resultados”.

Fischer, Bose, Mendonça e Fedato (2003) afirmam que nem sempre estão devidamente previstos o planejamento de execução e acompanhamento e um plano de avaliação de seus impactos na concepção de projetos sociais empresariais. Imperam dificuldades relacionadas à falta de definição das responsabilidades, dos limites de cada um e do estabelecimento de indicadores para avaliar os impactos dos projetos sociais. Essa dificuldade intensifica-se pela falta de experiência de organizações sociais ou das organizações não-governamentais (ONGs) de operar com indicadores adequados e/ou de preparo das empresas em trabalhar com realidades sociais complexas, como crianças em situação de risco, populações com carências básicas em saúde e educação, entre outros.

O terceiro setor tem se revelado um parceiro importante na realização de projetos de inserção social nas últimas décadas. Ele é formado por instituições sem fins lucrativos que promovem ações voltadas ao bem comum (Montaño, 2003). Cortês Neto, Dantas e Maia (2015) explicam:

Dotado de uma herança histórica de injustiça social e detentor de uma das maiores riquezas do mundo, o Brasil disponibiliza uma grande rede de organizações, instituições e entidades no terceiro setor que tentam assegurar que o recurso investido em um determinado projeto conduzirá para o caminho da qualidade de vida das crianças e adolescentes. (Cortês Neto, Dantas & Maia, 2015, p. 110).

O terceiro setor surgiu no Brasil a partir da década de 1970. É formado por organizações privadas, sem fins lucrativos, desempenhando ações de caráter público. Suas ações partem da sociedade civil e obedecem à lógica do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e das tradições, das concepções morais e religiosas e etc. O terceiro setor agrega organizações como: fundações,

associações, institutos, entidades que atuam atendendo demandas sociais que o Estado em crise de legitimidade e incapacidade de financiar não consegue atender. Elas o fazem utilizando recursos públicos e privados ou em parcerias com empresas ou com o próprio estado nos seus diferentes níveis. Por fim, deve-se registrar a grande expansão que o terceiro setor teve no Brasil a partir de 1990 com o aumento da consciência da responsabilidade social e ambiental das pessoas e das empresas e com o fortalecimento da cidadania e da importância do capital social (Sen & Kliksberg, 2010).

Este artigo aborda uma parceria entre uma instituição pública e outra privada voltada para a inclusão social de jovens e adolescentes pelo trabalho. Para Carmo (1997), entende-se por trabalho toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. Marx (1982) destaca a importância do trabalho quando concebido como criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas necessidades, sempre determinadas historicamente.

Segundo Costa (2007), o trabalho é sempre avaliado por significados e conteúdos distintos que variam de uma cultura ou de uma época para outra. Nas sociedades civilizadas, o trabalho tem em comum algumas dimensões: o sentido de realização de uma obra, o reconhecimento social e o significado de esforço, dor, sofrimento. Acredita-se que são duas forças que movem o homem ao trabalho: a luta pela sobrevivência e a necessidade de inserção social.

No Brasil, é proibido o trabalho da criança e do adolescente com menos de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14. No que se refere ao trabalho infanto-juvenil, Amazarray et al. (2009) afirmam que é um tema de relevância social, abrangendo aspectos econômicos, culturais e psicológicos. A contratação dos aprendizes, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, assegura a formação técnico-profissional e a realização de atividades compatíveis com a vida escolar e o desenvolvimento físico, psicológico e moral do aprendiz. O seu artigo terceiro prevê a assinatura de um contrato de aprendizagem. Trata-se de um contrato especial de trabalho, ajustado por escrito e tendo um prazo determinado não superior a dois anos. Nele, o empregador obriga-se a assegurar ao aprendiz contratado um programa de aprendizagem e de formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O aprendiz compromete-se, por sua vez, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à sua formação.

Para Costa (2007), ter um trabalho é vital não apenas por ser fundamental à própria sobrevivência, mas por ser uma fonte importante para a construção da identidade de cada ser humano. É por esse motivo que as questões relacionadas ao trabalho e à sua influência na vida dos indivíduos vêm sendo estudadas por vários autores, pois o homem ou a mulher sem trabalho passam a ser considerados, com muita frequência, à margem da vida social.

Nos países emergentes e sem controle demográfico, há, segundo Fonseca (2003), um aumento significativo de jovens que demandam, anualmente, seu ingresso no mercado de trabalho. No entanto, por ser o mercado bastante competitivo, exigem-se dos demandantes experiência e qualificação profissional, dificultando, cada vez mais, sua contratação pelas organizações públicas e/ou empresariais. O autor acrescenta que, quando os iniciantes são adolescentes provenientes de famílias pertencentes às classes populares, matriculados no ensino público, as chances de ingresso no mercado de trabalho e de crescimento profissional tendem a ser menores, devido à ausência de programas de qualificação e de inserção profissionais, oferecidos por instituições públicas ou privadas.

Segundo Pochmann (2000), a iniciativa para a inserção do jovem no mercado de trabalho deve ser obra do governo federal e incluir uma política de distribuição de renda. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2003), a inclusão social do jovem supõe qualificação e igualdade de oportunidades.

Conforme enfatiza Fonseca (2003), os anseios pontuados pelos adolescentes propiciam o amadurecimento intelectual e psicológico e contribuem para a socialização e construção da sua identidade. Verifica-se, no entanto, que isto constitui uma situação antagônica: de um lado, está o adolescente em busca do primeiro emprego e, de outro, um modelo econômico exigente e excludente. Diante dessa situação desfavorável, faz-se necessária a criação de programas capazes de contribuir para a integração e adaptação de jovens à sociedade e de apoio à formação de trabalhadores.

Para Schwartzman (2004), a participação no mercado de trabalho é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas, e o ponto de partida de todas as análises sobre a inclusão e exclusão social. Para os jovens, a conquista do primeiro emprego é sempre uma oportunidade de mudar sua vida de patamar: contribuir para o aumento da renda familiar; concluir os estudos; adquirir bens

materiais; constituir sua própria família; e, principalmente, conquistar mais autonomia e liberdade como pessoa e como cidadão (Guimarães & Romanelli, 2002).

2.2 Avaliação de Programas Sociais

De acordo com o UNICEF (1990), entende-se por avaliação um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. Serapioni (2016, p.61) explica que “A prática da avaliação de programas e políticas públicas começou a difundir-se nos anos 1960 do século passado e hoje passa por um processo de rápida disseminação e diversificação teórica e metodológica”.

Para Cohen e Franco (2012), a avaliação de projetos sociais é uma atividade que tem como objetivo maximizar sua eficácia na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para consegui-los. Além disso, a avaliação de programa serve, segundo Costa e Castanhar (2003), para guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo à suspensão de uma determinada política ou programa.

De acordo com Silva (1999), o motivo mais imediato do interesse pela avaliação de programas sociais seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a aferição dos resultados esperados ou não com sua implementação. O segundo motivo seria entender o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos de sua implementação. Um terceiro motivo relevante seria a aprendizagem organizacional das instituições sobre suas atividades, para tomada de decisão sobre a continuidade ou não dos programas sociais.

Cohen e Franco (2012) afirmam que a avaliação faz parte de um processo de planejamento da política social. Por isto, não deve ser concebida como uma atividade isolada e autossuficiente. Segundo esses autores, a avaliação procura prover informações para aumentar a racionalidade com que se tomam decisões, proporcionando instrumentos para escolher as melhores alternativas de execução e melhorar o processo de implementação dos projetos sociais.

As organizações, que veem a avaliação como um mecanismo de controle, transformam o indivíduo que está sendo avaliado em objeto passivo, correndo o risco de despertar uma atitude negativa nos participantes, o que pode prejudicar o acesso a informações essenciais para a avaliação. Os gestores podem se sentir pessoalmente avaliados, e não o programa. É importante, portanto, tratar a avaliação como uma possibilidade de aprimoramento dos programas (Marino, 2003).

Na concepção de Marinho e Façanha (2001), a avaliação pressupõe comparação, e os resultados costumam ser antecidos por procedimentos, normas e estratégias, que permitem antever novos resultados e realizações básicas a serem levados em conta pela avaliação, em adição aos produtos finais e aos recursos iniciais.

Para melhor entender o papel da avaliação de projetos e programas sociais, pode-se tecer uma comparação com o processo de aprendizagem. Segundo Marino (2003), a aprendizagem do adulto no contexto organizacional ou em outros sistemas sociais só é possível por meio de um processo contínuo de ação e reflexão. A reflexão ocupa um papel fundamental: provocar mudanças nas ações dos indivíduos. Este é especificamente o papel da avaliação: construir momentos reflexivos que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos para daí direcionarem suas ações, aprendendo pela experiência. Desse processo decorre a tomada de decisões, criando-se um ambiente de aprendizagem contínua e permanente (Morgan, 1996). Percebe-se que a avaliação ultrapassa a mera questão fiscalizadora, abrangendo uma profunda reflexão que deve ser feita com todos os envolvidos no processo. Nogueira (1998, citado por Jeunon & Santos, 2014) considera que um projeto social deve ter como consequência um conjunto de produtos (gerados via processos de conversão), resultados (previstos nos objetivos e metas) e impactos (mudanças na realidade efetivamente alcançadas).

O modelo proposto por Marino (2003) enfatiza três tipos de avaliação de projeto sociais. O primeiro é a identificação do marco zero, que implica avaliação ou análise situacional da realidade com base nos diversos atores envolvidos. Trata-se de uma análise profunda, crítica e sistematizada do contexto e do público-alvo com uma detalhada descrição dos procedimentos adotados. O segundo é a avaliação dos processos, que contempla o monitoramento das atividades e estratégias de operacionalização e envolve a reflexão acerca da dinâmica relacional adotada pelos

membros da equipe. O terceiro tipo é a avaliação de resultados, baseada em indicadores qualitativos e quantitativos. O foco é a análise dos benefícios proporcionados aos participantes durante ou após a implementação. Levam-se em consideração os diversos atores envolvidos (público-alvo, parceiros, equipe responsável, etc.). Segundo o autor, nas diferentes fases de avaliação (marco zero, processo e resultados), é de se esperar que o projeto proporcione resultados ou mudanças que envolvam todos: a família, os representantes da comunidade, a instituição responsável pelo projeto e as instituições financiadoras.

Marino (2003) considera que, para os três tipos de avaliação apresentados (marco zero, processo e resultado), será necessário percorrer sete passos, a saber: 1) decisão sobre o foco da avaliação; 2) formação da equipe responsável pela avaliação, a identificação dos envolvidos (beneficiários, financiadores e executores) no programa social; 3) identificação das perguntas e dos indicadores para a avaliação do programa social; 4) levantamento de informações; 5) análise das informações e dos fatos coletados; 6) elaboração do relatório; 7) utilização e disseminação dos resultados.

Na próxima seção discutem-se as estratégias metodológicas que orientaram a pesquisa.

3 Metodologia

Este estudo adota a metodologia de avaliação de projetos sociais elaborada por Marino (2003). Segundo o autor, esta metodologia é bastante simplificada na aplicação dos passos para avaliação e complexa em relação aos resultados alcançados. Para Marino (2003), o processo de avaliação de um programa de inclusão social deve ocorrer como um processo integrado e contínuo na vida do projeto social, devendo ser incorporado como valor pelas pessoas que fazem parte do trabalho. Assim, o processo de avaliação de um programa de inclusão social deve contemplar a necessidade do público-alvo, os recursos disponíveis, o contexto social e político, e diagnosticar as quatro fases cronológicas distintas: marco zero, avaliação de processos, avaliação de resultados. Efetuando-se uma transposição do modelo proposto para este estudo específico, pode-se dizer que o marco zero representa a atuação da CVB-MG e da celebração do convênio com a UFMG. A avaliação do processo representa o desenvolvimento, ou seja, a evolução das duas

fases do Programa de parceria entre a UFMG e a CVB-MG. A avaliação de resultado representa o produto do programa, celebrado por meio do convênio entre a CVB-MG e a UFMG, em termos de profissionais formados, da qualidade da formação (curso e treinamento) e da vida profissional e mobilidade do egresso. Conforme já pontuado por Marino (2003), as diversas fases de avaliação envolvem os sete passos metodológicos mencionados na seção anterior.

Neste artigo, adota-se a metodologia de avaliação de um projeto social em andamento, iniciado em 1974. Para fazê-la, trabalha-se com três fontes de dados de forma complementar, provenientes de pesquisa documental, entrevista qualitativa e aplicação de questionário semiestruturado com os egressos do Programa Ação Jovem. A pesquisa documental foi realizada nos arquivos existentes na UFMG e na CVB-MG, as duas instituições parceiras promotoras do Programa. Foram pesquisados documentos diversos, visando a reconstrução histórica e as fases de implementação do convênio, bem como o processo de formação e de acompanhamento profissional dos adolescentes dele participantes no período de 1974 a 2011. Mencionam-se alguns desses documentos pesquisados: estatuto social da UFMG e da CVB-MG; o contrato de parceria e os termos aditivos do convênio; relatórios anuais de atividades; roteiro e instruções dos cursos de treinamento; registro dos jovens selecionados; relação mensal dos pagamentos efetuados; livros de inspeção do trabalho na CVB-MG, UFMG e na RAIS; cartas, memorandos e ofícios e outros. Nos arquivos mencionados, há pouca documentação referente à primeira fase do Programa que vai de 1974 a 1999. Para a fase posterior, a documentação disponível é mais completa. Para suprir essa deficiência foi feita uma entrevista com um servidor aposentado que foi um dos idealizadores do Programa de cooperação iniciado na Faculdade de Medicina em 1974 e levado em 1979 às demais unidades da UFMG. A realização dessa entrevista qualitativa permitiu um melhor entendimento da primeira fase, mas não supriu a falta de informação documental que seria mais completa e abrangente.

A terceira fonte de dados proveio da aplicação de um questionário semiestruturado enviado aos egressos, solicitando que fosse feita uma avaliação da qualidade da formação e do tipo de treinamento recebidos e um relato de sua trajetória profissional posterior ao primeiro contrato com seus progressos em termos de mobilidade funcional e social. Foram obtidos nove questionários: dois da primeira

fase e sete da segunda. Isto se deve à dificuldade de localizar o endereço atual dos egressos e, quando localizados, nem sempre nossa solicitação foi atendida. A despeito dessas limitações, foi possível levantar um conjunto de dados significativos que permitiram a elaboração de uma dissertação de mestrado e a realização desse artigo.

4 Apresentação e Discussão dos Resultados

5

Nesta parte, apresentam-se os principais resultados do Programa Ação Jovem, fruto da parceria entre CVB-MG e UFMG. Nossa avaliação será dividida em duas partes. Na primeira, serão apresentados os resultados da fase de implementação, 1974 a 1998. Em seguida, faz-se uma avaliação da fase de consolidação do Programa, com início em 1999. Respeitando aos limites temporais desse artigo, a avaliação dos resultados da segunda fase encerrou-se em dezembro de 2011, embora o Programa se mantenha em pleno desenvolvimento.

4.1 Avaliação do Programa

O Programa tem como principal mérito o pioneirismo na resolução de um grave problema social que ainda persiste no país: a exclusão social de jovens e adolescentes. Esse problema tem sido caracterizado de forma irônica como sendo a geração “nem nem”, referindo-se àquelas pessoas que não estudam nem trabalham. Infelizmente, são jovens com poucas perspectivas de vida e deles não se pode esperar uma grande contribuição ao desenvolvimento do país. Ainda hoje, na atual crise, o desemprego é maior entre os mais jovens do que entre adultos, tendo por base o aumento desse contingente, segundo o IBGE, de 24 a 39% de 2015 a 2016 (Mendes, 2016).

A despeito do pioneirismo, os resultados da primeira fase foram limitados. De 1974 a 1979, o Programa ficou circunscrito à faculdade de Medicina da UFMG. A partir de 1980, o Programa foi ampliado para as diversas unidades da Universidade. No entanto, dada a falta de documentação mencionada não se pode fazer um balanço do número de participantes atendidos. Na implementação, o Programa foi muito embrionário, com outras limitações importantes comparadas com a fase de consolidação. O cargo descrito na carteira de trabalho do egresso – “serviços gerais”

– não era adequado às atividades realizadas pelo adolescente na UFMG nem era favorável para seu ingresso posterior no mercado de trabalho, findo o primeiro contrato. Os jovens não recebiam cursos de treinamento para qualificá-los para o trabalho. Pelos documentos pesquisados, só foram registrados dois cursos, um de *office boy* e outro de datilografia, ministrados pelo Senac de 1986 a 1997. Pelos depoimentos dos egressos, as duas instituições promotoras não tinham grande preocupação com a formação educacional dos jovens e nem fiscalizavam se o participante estava ou não matriculado na escola pública, sua frequência e seu desempenho escolar. Esta omissão é particularmente grave porque a formação e promoção profissional dos adolescentes eram o objetivo primeiro do Programa e por tratar-se de uma instituição pública de ensino e uma organização internacional de caráter humanitário.

Finalmente, com base em outro relatório oficial de avaliação do Programa realizado pela reitoria da UFMG em 1995, registra-se que a participação da Universidade no Programa teria tido um sentido mais instrumental. Sua preocupação maior era com o atendimento de suas necessidades institucionais, já que os cargos vagos na Universidade não eram preenchidos pelo governo federal, que não autorizava a realização de novos concursos para contratação de novos funcionários.

4.2 Consolidação do Programa

A segunda foi a fase de consolidação do Programa, a mais positiva e profissionalizada. Na nossa avaliação dos seus resultados, essa fase baseia-se em três aspectos fundamentais: a reestruturação do Programa pela UFMG consubstanciada no PORTA; um breve balanço da qualificação recebida na segunda fase; e, por fim, um exame da trajetória de seus egressos.

4.2.1 O Projeto PORTA

Em 1974, quando o Programa iniciou, o Brasil vivia o auge da ditadura militar que não respeitava os direitos sociais e políticos dos cidadãos e das classes subalternas (Vianna, 1976). Tampouco existia uma legislação específica para regularizar o trabalho do menor. Sua regulamentação veio com a promulgação da CF/1988. No capítulo VII em seu artigo 227, a Constituição é muito explícita ao

determinar os direitos das crianças e dos adolescentes e quem são os responsáveis por educá-los:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No seu parágrafo 3º, incisos I, II e III, a Constituição estabelece: a “idade mínima de catorze anos para admissão ao trabalho; a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e de acesso do trabalhador adolescente à escola”.

Dois anos depois, entrou em vigor outro ordenamento jurídico, a Lei nº 8.069/90, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA detalhou o tratamento que o poder público, a sociedade e as famílias deveriam dar à infância e à adolescência, passando para eles a responsabilidade de ampará-las e promovê-las. A partir daí as crianças e os adolescentes passaram a ser objeto de políticas públicas específicas para que seus direitos não só fossem respeitados, mas também assegurados. Com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15/12/98, ficaram mais explícitas a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e as regras de contratação de menores de 16 anos na condição de aprendiz a partir de 14 anos como prevista pela CF/88.

A publicação da nova legislação e sua efetivação na prática induziram um processo de reestruturação e de aperfeiçoamento do Programa pelas suas instituições promotoras que foi extremamente benéfico aos seus participantes. A UFMG reestruturou internamente o *Ação Jovem*, dando-lhe uma nova configuração, passando a chamá-lo *Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente* (PORTA), designação mais condizente com a finalidade que o originou.

O PORTA introduziu melhorias substantivas não contempladas pelo Programa anterior, ao prever: treinamento para os adolescentes e capacitação para as chefias; acompanhamento funcional; preparação para o desligamento e orientação profissional. Ele passou a ser gerido pela equipe de técnicos da Coordenadoria de Gestão de Pessoal/Departamento de Recursos Humanos (CGP/DRH) da UFMG que discutiu e aprovou o Manual de Orientação ao Trabalhador Adolescente em 2005. Nele, estão normatizados os direitos e deveres do menor e as proibições que devem ser respeitados pelos participantes e pelo chefe imediato. Estão ainda bem definidas

as atividades administrativas que o menor poderia exercer: recepção, protocolo, organização de bibliotecas, encadernação de cópias de materiais; serviços externos (entrega de documentos) e manutenção de arquivos. As atividades de atendimento telefônico, digitação e xerox podiam ser desempenhadas pelos adolescentes desde que não ocupassem toda sua jornada de trabalho.

De acordo com o Manual, os adolescentes beneficiários do Programa tinham direito a: registro na carteira de trabalho; salário mínimo mensal pago até o quinto dia útil do mês seguinte; décimo terceiro salário proporcional aos meses trabalhados, pago até dia 20 de dezembro de cada ano; trinta dias de férias regulamentares após completar um ano de trabalho; abono de férias constitucional (um terço do salário), pago junto com as férias anuais; vale-transporte para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) correspondente a 8% (oito por cento) do salário mensal, depositado mensalmente numa conta individual na Caixa Econômica Federal e retirado só em caso de dispensa sem justa causa.

Com o PORTA, outras melhorias foram introduzidas no Programa que dizem respeito ao treinamento e à capacitação, ao acompanhamento funcional, ao desligamento institucional e à orientação profissional e às atividades sociais e culturais, melhorando a formação dos jovens aprendizes.

Treinamento e capacitação

Na atividade laboral dos adolescentes, o caráter educativo passou a prevalecer sobre o aspecto produtivo na segunda fase do Programa, garantindo uma preparação mais adequada para o mercado de trabalho. Por isso, além de criar a oportunidade do primeiro emprego, maior atenção foi dada à formação dos trabalhadores, acompanhando-se seu desenvolvimento pessoal, ético e profissional.

Em cada nova entrada, eram oferecidos dois cursos: o primeiro consistia num treinamento introdutório, ministrado aos adolescentes ao iniciar o Programa. Nele, fazia-se uma apresentação ampla da Universidade, das atividades que iriam desenvolver, de seus direitos, deveres e o permitido e o proibido. O segundo era um curso de capacitação das chefias, comprometendo-os como responsáveis diretos de sua formação pessoal e profissional. Esses cursos objetivavam o atendimento

satisfatório das demandas institucionais, bem como a adaptação e o bom aproveitamento da primeira experiência profissional desses jovens trabalhadores.

Acompanhamento funcional

Ao serem admitidos na Universidade, os adolescentes passavam a vivenciar realidades diferentes do seu contexto social, deparando-se com um novo aprendizado que, na maioria das vezes, correspondia à sua primeira experiência de trabalho formal. Por isto, tornava-se necessário apoiá-los nessa trajetória, contribuindo para sua formação pessoal e profissional. Era, ainda, fundamental acompanhar os adolescentes e suas chefias com vistas à adaptação à nova instituição e ao seu desenvolvimento.

Após o ingresso no setor de trabalho, o adolescente era orientado e acompanhado pela chefia imediata, que passava a ser sua referência durante sua permanência na instituição. Ela deveria promover a sua integração ao ambiente profissional e treiná-lo para o desempenho das tarefas que lhe eram atribuídas durante a realização do contrato.

Quanto ao acompanhamento profissional dos adolescentes pela equipe técnica do DRH, os jovens trabalhadores passavam por dois momentos avaliativos formais. No primeiro avaliam seu próprio desempenho no segundo mês do seu início. No segundo, eram avaliados pelos respectivos chefes imediatos no nono mês de trabalho na Universidade.

A chefia, com respaldo da direção da DRH, tinha autonomia para resolver, internamente, as dificuldades que podiam surgir no desenvolvimento do trabalho. Se houvesse necessidade, a família e a escola também poderiam ser envolvidas no processo de acompanhamento dos menores. Tanto as chefias como os adolescentes poderiam recorrer ao DRH a qualquer momento com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas.

Desligamento Institucional e Orientação Profissional

A UFMG oferecia aos trabalhadores adolescentes que estavam finalizando o contrato de trabalho a possibilidade de participar do Projeto de Desligamento Institucional. O objetivo era dar-lhes apoio técnico para o momento do desligamento institucional, contribuindo também para a construção de um projeto de vida,

ampliando os conhecimentos do jovem sobre as profissões e o mercado de trabalho, além de fazer uma reflexão sobre as potencialidades e possibilidades de cada um.

O Curso de Preparação para o Desligamento, inserido no Manual de Orientação sobre o Mercado de Trabalho, era ministrado no término do contrato de trabalho com a CVB-MG para servir de referência ao seu ingresso posterior no mercado. Nessa ocasião, eram apresentadas dicas e orientações básicas ao adolescente para seu aperfeiçoamento e continuidade no mercado de trabalho.

Atividades Sociais e culturais.

A partir do PORTA, a PRORH/DRH iniciou a comemoração anual do Dia do Trabalhador Adolescente, propiciando um momento de integração e lazer entre os jovens, valorizando a formação para o trabalho e seu desenvolvimento social e educacional. Esta iniciativa permitia que o jovem trabalhador construísse relações de mutualidade e alteridade com os outros e de reconhecimento de si mesmo. Possibilitava, ainda, uma maior reflexão sobre seus próprios atos, suas razões e consequências, bem como sobre os seus projetos de vida: o trabalho, o ensino e o lazer. A interação grupal facultava a troca de conhecimento e de experiências, contribuindo para a formação de sua identidade. A equipe de DRH e os chefes imediatos constataram que a realização desses eventos de integração e de sociabilidade produziam resultados positivos na sua qualificação e desempenho no trabalho. A reestruturação, introduzida pelo Porta, tornou o Programa mais estruturado e profissionalizado, melhorando sensivelmente a formação profissional de seus participantes.

4.3 Qualificação Profissional

Faz-se aqui um breve balanço da qualificação profissional auferida pelos seus participantes. De 1999 a 2011, a UFMG recebeu 1.957 adolescentes selecionados pelo Programa Ação Jovem da CVB-MG. Antes da publicação da Emenda Constitucional, os participantes do Projeto entravam com 14 anos e desligavam-se quando completavam 18 anos. Com a nova regulamentação, a admissão iniciava aos 16 anos, seguindo a EC nº 20. Da população analisada, a média de idade dos jovens no momento da admissão foi de 16,5 anos.

Quanto ao tempo de permanência, dos 1.957 jovens admitidos no período, 1.939 permaneceram no Programa de 12 a 24 meses incompletos, representando 99% da população participante. Do total admitido, 1.799 adolescentes cumpriram integralmente o contrato de trabalho, desligando-se ao completar 18 anos de idade. Isto representou 92% dos admitidos no período e um alto nível de aproveitamento.

Do ponto de vista de sua procedência, os jovens encaminhados para a UFMG residiam, na sua totalidade, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A grande maioria (1.196) morava à época em Belo Horizonte (61,1%), vindo, na sequência, os residentes em Santa Luzia com 293 (15%) e em Ribeirão das Neves com 230, 11,7% do seu total. Todos eram procedentes de bairros mais pobres onde viviam em situação de risco social, outro traço social distintivo do Programa.

Outro quesito fundamental foi avaliar a qualidade da formação recebida pelos participantes, usando-se dados levantados pela pesquisa com os egressos. Entre várias questões formuladas relativas aos cursos de capacitação e treinamento, foi perguntado aos egressos o que de mais relevante eles aprenderam em seu trabalho na UFMG. Todos foram unânimes em reconhecer a importância do Programa no seu crescimento pessoal, profissional e social. A partir de suas respostas, pode-se destacar a figura do chefe como sendo de fundamental importância no seu desenvolvimento profissional. Certamente, uma nova referência no seu imaginário e na sua constelação familiar.

Foi-lhes perguntado, em segundo lugar, se a CVB-MG ou a UFMG haviam ministrado algum treinamento antes de iniciar seu contrato de trabalho na Universidade. Do grupo pesquisado, cinco relataram ter recebido um curso de capacitação administrado pela CVB-MG. Apenas um deles disse haver recebido outro curso, oferecido pela UFMG. Dois egressos da primeira fase, como foi mencionado, confirmaram não ter recebido nenhum tipo de capacitação durante sua permanência no Programa.

Não foi só a UFMG que reestruturou o Programa com o Projeto PORTA, a CVB-MG também o fez. Em 2003, criou o Centro de Apoio ao Adolescente para cuidar do Programa Ação Jovem com suas entidades parceiras. Nesse mesmo ano, voltou a oferecer um curso de capacitação para o trabalho. Em 2007, passou a ofertar cursos de inclusão digital, competência fundamental para quem vive na sociedade do conhecimento e aspira a progredir no mercado de trabalho. Os dados da pesquisa apontam que os participantes reconhecem a importância desses cursos

feitos na CVB-MG e na UFMG para sua qualificação profissional já que, com o PORTA, esse objetivo foi priorizado.

4.4 Trajetória Profissional dos Egressos e Mobilidade Social

Com o intuito de avaliar o Programa, foram introduzidas no questionário questões relativas à trajetória dos egressos, procurando avaliar sua empregabilidade, grau de escolaridade, cursos realizados para continuar sua profissionalização, vínculo empregatício, remuneração, perspectiva de crescimento profissional e melhoria de sua condição social.

Foi perguntado ao egresso se a experiência de trabalho na UFMG havia contribuído para sua inserção no mercado de trabalho. Novamente, os respondentes foram unânimes em reconhecer que a experiência de trabalho na UFMG foi vital à sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Relataram ainda que a primeira experiência, registrada na carteira profissional, foi significativa para conseguir o segundo emprego.

Quanto ao grau de escolaridade, todos os entrevistados mencionaram ter dado continuidade ao seu processo de qualificação. Do grupo analisado, dois concluíram o ensino médio. Seis realizam uma graduação no ensino superior. Um deles já concluiu um curso de pós-graduação e iniciou outro de graduação. Todos veem na continuidade do estudo a busca de seu desenvolvimento pessoal e profissional. São diversas as áreas dos cursos de graduação e pós-graduação escolhidos pelos egressos: Arquivologia, Ciências Contábeis, Direito, Gestão de Recursos Humanos, Letras, Matemática e Sistema de Informação. Todos os cursos citados têm certa relação com sua iniciação profissional no Programa, quando se examinam as atividades que lhes foram atribuídas.

Outro ponto fundamental: todos os entrevistados mantinham à época da entrevista seu vínculo empregatício. Sete deles em regime celetista e dois eram servidores públicos federais, com vínculo estatutário. Cinco deles continuavam trabalhando na própria UFMG, dois como servidores e três eram contratados pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNDEP) ou por outra empresa terceirizada. Os quatro restantes trabalhavam em empresas privadas. Quanto à remuneração recebida, sete recebiam de um a três salários mínimos mensais e dois declararam

receber mensalmente de três a cinco. Do ponto de vista da mobilidade social, todos passaram a participar da chamada classe média emergente (Sader & Garcia, 2010).

Quanto às perspectivas profissionais futuras, oito deles disseram ter grandes perspectivas profissionais, tanto os que atuavam em regime celetista quanto aqueles em regime estatutário. Os que faziam sua graduação esperavam concluí-la para ocupar vagas melhores nas empresas em que trabalhavam. Os que eram funcionários públicos relataram que continuavam estudando para pleitear progressão no plano de carreira da UFMG. Apenas um revelou não ter grande perspectiva de crescimento na empresa em que trabalhava, mas pretendia continuar estudando para fazer um concurso público (até mesmo na UFMG) ou para ter melhores chances de crescimento em outra empresa.

A educação, como o caminho para melhoria da condição social dos entrevistados, foi outra descoberta muito importante que deve ser debitada à participação no Programa. Conforme enfatiza Fonseca (2003), os anseios pontuados pelos adolescentes propiciam o amadurecimento intelectual e psicológico e contribuem para a socialização e a construção da sua identidade.

5 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo avaliar os principais processos e resultados relativos à inclusão social de jovens e adolescentes participantes do programa de parceria entre a UFMG e a CVB-MG, na perspectiva da sua formação profissional e no desenvolvimento de sua carreira.

Para fundamentar a pesquisa, foram revisitados conceitos relativos à promoção social da infância e da adolescência no Brasil e à sua importância na implementação de políticas públicas promovidas pelo Estado, com a contribuição de empresas privadas e do terceiro setor. Nos procedimentos metodológicos, apresentaram-se práticas e modelos de avaliação de projetos sociais. O modelo proposto por Marino (2003) orientou a pesquisa e revelou-se adequado para a avaliação de processo e resultado. Nessa empreitada, foram utilizados dados de pesquisa documental, entrevista e aplicação de questionários.

Com relação aos resultados obtidos, pode-se concluir que a reestruturação do programa da primeira para a segunda fase, em obediência à nova legislação de proteção da infância e da adolescência, representou um aprimoramento em termos

de processos. Com o PORTA, o Programa educativo atingiu um grau de profissionalismo muito elevado, melhorando significativamente o treinamento e o crescimento pelo trabalho, assegurando aos participantes uma posterior trajetória profissional adequada no mercado de trabalho, sempre cambiante e competitivo.

O Programa passou a atender as exigências impostas pela legislação brasileira e ainda inovou ao promover atividades de socialização e de transição para o mercado de trabalho. A melhoria na qualidade da formação profissional oferecida aos jovens a partir do PORTA garantiu maior inclusão social aos seus participantes na fase de consolidação do Programa.

Sobre a avaliação de resultados, verificou-se que a atuação da CVB-MG em Minas Gerais foi muito positiva no período analisado. Foram significativos os resultados produzidos no campo da promoção social de Jovens e adolescentes pelo trabalho e pela educação, tirando-os da situação de risco social e dando-lhes novas perspectivas de vida. Os impactos do convênio expressaram-se por meio do número de profissionais formados, da qualidade de sua formação e da trajetória dos egressos. Notou-se a relevância das instituições parceiras para a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho, tirando-os de uma situação de vulnerabilidade social e quebrando a barreira da busca pelo primeiro emprego.

O estudo realizado, em sintonia com outras pesquisas (Cortês Neto, Dantas & Maia, 2015; Jeunon & Santos, 2014; Oliveira & Giroletti, 2016; Serapioni, 2016; Vianna & Pietro, 2015), sinalizou o valor da educação e do trabalho como fatores de promoção pessoal, de mobilidade profissional e de desenvolvimento de uma sociedade ou do país.

Sugerem-se futuras pesquisas envolvendo a perspectiva longitudinal e a identificação da percepção de outros atores sociais sobre os resultados gerados.

Referências

- Amazarray, M. R., Thomé, L. D., Souza, A. P. L., Poletto, M., & Koller, S. H. (2009, jul.-set.). Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 329-338.
- Bucci, M. P. D. (2001). Buscando um conceito de políticas públicas para a Concretização dos direitos humanos. In M. P. D. Bucci et al. *Direitos humanos e políticas públicas* (pp.5-16). São Paulo: Polis.

- Carmo, P. S. (1997). *A ideologia do trabalho* (6a ed.). São Paulo: Moderna.
- Cohen, E., & Franco, R. (2012). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (2001). [Coleção Saraiva de Legislação] (21a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Cortês Neto, E. D., Dantas, M. M. C., & Maia, E. M. C. (2015). Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. *Saúde e Transformação Social*, 6(3), 109-117.
- Costa, P. (2007). *Mercado de trabalho e empregabilidade*. Rio de Janeiro: Moderna.
- Costa, F. L., & Castanhar, J. C. (2003, set.-out.). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-992.
- Fischer, R. M., Bose, M. Mendonça, L. R., & Fedato, C. (2003, setembro). Monitoramento de projetos sociais: um desafio para as alianças intersetoriais. *Anais do 27º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil.
- Fonseca, J. C. F. (2003). *Adolescência e o trabalho*. São Paulo: Summus.
- Giroletti, D. A. (2009). Crise Econômica e Mudança na Estratégia de Desenvolvimento, In C. P. A. Paula & L. F. R. Moraes. *Administração Contemporânea: Desafios e Controvérsias*. Pedro Leopoldo: Tavares Editora.
- Guimarães, R. M., & Romanelli, G. (2002, jul.-dez.). A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 117-126.
- Jeunon, E. E., & Santos, L. M. (2014, mai-ago.). Indicadores de Desempenho na Gestão de Projetos Sociais Sustentáveis: Proposição de Modelo para os Centros Vocacionais Tecnológicos. *Revista Gestão & Tecnologia*, 14(2), 225-248.
- Lima, M. C. (2002). Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In Instituto Ethos. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades* (pp.103-142). São Paulo: Peirópolis.
- Marx, K. (1982). *O capital* (7a ed.). São Paulo: Difel.
- Marinho, A., & Façanha, L. O. (2001). *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 787.
- Marino, E. (2003). *Manual de avaliação de projetos sociais*. São Paulo: Saraiva-Instituto Ayrton Senna.
- Mendes, M. (2016, setembro 25). Ajuste Fiscal: Conter para Priorizar. *Folha de São Paulo*, Ilustríssima.

- Mendonça, P. M. (2002). O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégias. In *Instituto Ethos. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades* (pp.147-169). São Paulo: Peirópolis.
- Montaño, C. (2003). *Terceiro setor e questões sociais: crítica ao padrão emergente de intervenção social* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Morgan, G. (1996). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, O. M., & Giroletti, D. A. (2016, jan.-abr.). Avaliação de programa de responsabilidade social empresarial com aplicação do balanced scorecard: um estudo de caso da Cooperárvore da Fiat automóveis. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*, 5(1), 144-159.
- Pochmann, M. (2000). *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher.
- Sachs, J. (2008). *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sader, E., & Garcia, M. A. (2010). *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Sen, A., & Kliksberg, B. (2010). *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serapioni, M. (2016). Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 31(1), 59-80.
- Silva, O. S. C. S. (2013). *Atuação da Cruz Vermelha Brasileira e da UFMG na Promoção Social de Jovens e Adolescentes*. (Dissertação de mestrado, Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil).
- Silva, P. L. B. (Coord.). (1999). *Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final*. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas: NEPP- UNICAMP.
- UNICEF (1990). *Guide for monitoring and evaluation*. New York.
- Vianna, L. W. (1976). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vianna, C., & Prieto, R. (2015, jan.-mar.). Entre as propostas de inclusão e a persistência da desigualdade no campo da educação. *Educação & Pesquisa*, 41(1), 7-13.